



PODER

“Machocentrismo” dá as cartas no Congresso

Na Câmara e no Senado, a representação feminina é baixa e as mulheres também estão longe dos principais postos de comando

» KELLY HEKALLY
Especial para o **Correio**

Brasil já teve uma presidenta da República e três mulheres no comando do Supremo Tribunal Federal, porém, parece longe o dia em que uma senadora ou uma deputada federal estará à frente das duas Casas do Congresso. Isso porque os núcleos de decisão do Poder Legislativo continuam não apenas nas mãos dos homens, como, sobretudo, de herdeiros masculinos de clãs políticos.

Levantamento da União Inter-Parlamentar (UIP), divulgado na sexta-feira, aponta que as eleições de 2022 colocaram um número recorde de mulheres nos Congressos, nas assembleias estaduais e na Câmara Legislativa do Distrito Federal. Ainda assim, a representação parlamentar feminina é inferior à média mundial — 26,5% dos assentos estão sendo ocupados por mulheres. Ainda segundo o estudo, a taxa brasileira de participação das mulheres na Câmara e no Senado está próxima de índices registradas na Europa há quase três décadas.

As mesas diretoras da Câmara e do Senado possuem perfis semelhantes nas atuais composições. No caso dos deputados, Maria do Rosário (PT-RS) tem assento no órgão que cuida da administração da Casa — ocupa a segunda secretaria. Entre as senadoras essa situação é mais grave, pois os sete postos da mesa são ocupados por homens. Parlamentares mulheres até presidem sessões, mas apenas quando os presidentes Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG), da Câmara e do Senado, respectivamente, estão ausentes ou vão à tribuna discursar.

Entre os 23 líderes de partidos da Câmara, a única mulher na função é Adriana Ventura (Novo-SP). Além disso, não há uma única deputada em liderança de blocos. No Senado, das 13 legendas com representação na Casa, Tereza Cristina (TO) é líder do PP e Eliziane Gama (PSD-MA) está à frente do bloco da Resistência Democrática. As bancadas femininas eleitas no ano passado têm 91 deputadas federais e 15 senadoras — o que equivale a aproximadamente 18% do contingente parlamentar da Câmara e 15% do Senado.

“Concessão”

A representação feminina, na estrutura das Casas do Congresso, parece uma concessão da maioria masculina. A Câmara possui em sua estrutura a Secretaria da Mulher e a bancada feminina é coordenada pela deputada Luísa Canziani (PSD-PR). No Senado, Leila Barros (PDT-DF) é a procuradora Especial da Mulher no Senado.

O incômodo com a sub-representação é um debate permanente na bancada feminina, segundo Luísa Canziani. “Discutimos o assunto mulheres nos espaços de poder. É um assunto da máxima relevância da bancada. Se estamos falando de espaços de decisão na Casa, necessariamente devem conter mulheres”, explica, ao ser questionada sobre a ausência histórica de uma parlamentar na presidência da Câmara.

A deputada acrescenta que a construção de consensos na bancada, que este ano teve foi

Pablo Valadares/Agência Câmara



Posse das deputadas para a 57ª legislatura. Mulheres estão distantes dos postos de comando no Legislativo, o que não acontece nos outros dois Poderes

Presença nos partidos

Jefferson Rudy/Agência Senado



SENADO — oito partidos com senadoras

PSD — seis
PT e União Brasil — duas
MDB, PDT, PSB, PP e Republicanos — uma
— Cinco legendas sem senadoras: Novo, PL, Podemos, PSDB e Rede

CÂMARA — 17 partidos com deputadas

PT — 18
PL — 17
MDB — nove
União Brasil — oito
PSol — sete
Republicanos e PP — quatro
PCdoB, PDT e PSD — três
PSB, PSDB, Avante e Podemos — duas
Cidadania, Solidariedade e Novo — Uma
— Seis legendas sem deputadas: PV, PSC, Patriotas, Pros, Rede e PTB

*Parlamentares em exercício

No topo dos poderes

A ex-ministra das Minas e Energia e, posteriormente, da Casa Civil do segundo governo Lula, Dilma Rousseff, quebrou um paradigma da política ao ser eleita, em 2010, para a Presidência da República. Já o Supremo Tribunal Federal esteve sob o comando de ministras em duas oportunidades antes de Rosa Weber chegar à cadeira mais alta da Corte. Ellen Gracie dirigiu o STF, entre 2006 e 2008, e Cármen Lúcia, de 2016 a 2018.

ampliada por duas mulheres trans — Duda Salabert (PDT-MG) e Erika Hilton (PSol-SP) —, é uma tarefa complexa, pois há representantes de todos os espectros políticos, da extrema direita à esquerda.

Mas assegura que é possível elaborar pautas com o maior alinhamento possível.

“Há, sim, muitos desafios a serem enfrentados. No entanto, com a união de nossa bancada, o apoio do presidente Arthur

(Lira), a competência e a força do trabalho de nossas deputadas, haveremos de superar essa questão”, disse.

Vítima de um episódio de misoginia no Congresso, em 2021, durante sessão da **CPI da Covid**

a hoje ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, lembrou, no último dia 1º, em evento no Palácio do Planalto, o boicote que sofreu do próprio partido quando disputou, de maneira independente, a Presidência da Casa, quando o MDB fechou questão para apoiar a eleição de Rodrigo Pacheco. Foi a primeira vez que uma mulher disputou o posto de comandante do Congresso. Em 2019, ela também tinha anunciado a entrada na disputa, mas retirou-a em apoio a Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

Na agenda da semana passada, no Palácio do Planalto, a Simone declarou que tinha orgulho de ter enfrentado os colegas, em 2021, ao manter a decisão de concorrer, “mesmo sabendo que ia perder”. Para ela, a marcação de posição serviu para pavimentar “caminhos para que um dia uma mulher seja presidente do Senado” — uma vez que, no universo masculino do Parlamento, o fato de ter presidido a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), entre 2019 e 2020, e de ter sido líder do MDB na Casa, em 2018, não parecem credenciais suficientes.

Se na Câmara as deputadas nunca estiveram próximas de dar as cartas na Casa, no Senado há o alento de que as então parlamentares Serys Slhessarenko (em 2010) e Marta Suplicy (em 2011) alcançaram a vice-presidência. Mas isso foi menos pela capacidade delas e sim porque aqueles que deveriam assumir os postos não podiam fazê-lo.

Em manifestação no Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil, em 24 de fevereiro, Rosa Weber fez ressalvas no cenário da democracia brasileira com relação à equidade entre homens e mulheres. “O déficit de representatividade feminina significa um déficit para a própria democracia brasileira. Não é uma busca apenas em benefício das mulheres, mas de todos, e se confunde, por isso mesmo, com o próprio fortalecimento da democracia”.



Discutimos o assunto mulheres nos espaços de poder. É um assunto da máxima relevância da bancada. Se estamos falando de espaços de decisão na Casa, necessariamente devem conter mulheres”

Luísa Canziani, deputada e coordenadora da bancada feminina na Câmara

Senhores das comissões

Interlocutores trabalham para que os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), cheguem a um consenso sobre a retomada das comissões mistas que analisam medidas provisórias. A fórmula que pode levar a um acordo entre eles é a seguinte: as MPs que chegaram até o final de fevereiro, vão tramitar sem análise da comissão mista, mas as que foram protocoladas a partir de 1º de março passarão pelo crivo do colegiado de deputados e senadores.

Até a última sexta-feira, considerada a data de 1º de janeiro deste ano, 11 medidas provisórias estavam na Câmara. Se o acordo for adiante, nove MPs do governo de Luiz Inácio Lula da Silva ficam com a Câmara, com acréscimo das oito remanescentes da gestão de Jair Bolsonaro.

Segundo a Constituição, as MPs ingressam pela Câmara. Dessa forma, Lira tem maior influência sobre as matérias, já que pode designar o relator e, assim, deixar o texto com um teor que nem sempre representa o consenso entre o Legislativo e o Palácio do Planalto. O trâmite se torna ferramenta de barganha para o presidente da Câmara, que pode negociar o texto com o Executivo. É esse “pacote” que chega ao Senado, situação que incomoda os parlamentares da Casa por serem quase que levados a trabalhar como “revisores”.

Contra os senadores pesa, ainda, o tempo de análise das MPs, pois se sentem prejudicados pelo curto prazo para se debruçar sobre um projeto de lei de conversão (PLV), formato como uma MP tramita no Congresso. Parlamentares afirmam que os projetos têm chegado ao Senado com poucos dias para perder sua eficácia, razão pela qual acabam aprovando o conteúdo tal qual votado na Câmara. (KH)